

Título: VI CONGRESSO NACIONAL DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS.

Título: VI CONGRESO NACIONAL DEL MOVIMIENTO DE TRABAJADORES RURALES SIN TIERRA: PERCEPCIONES Y EXPERIENCIAS

Autoras: Ana Claudia Diogo Tavares, doutora em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ e professora substituta da FND/UFRRJ e Mariana Trotta Dallalana Quintans, professora adjunta da FND/UFRRJ e PUC-Rio e doutora em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ.

RESUMO

No presente artigo, relatamos nossas percepções e vivências no VI Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Desde a saída até o retorno em ônibus nos integramos entre os delegados e convidados do MST no Rio de Janeiro. Mesclamos alguns métodos e técnicas de pesquisa, como o método etnográfico e a observação participante com a pesquisa-ação. Apesar de termos realizado uma entrevista e exame de documentos e notícias veiculadas na mídia, o principal instrumento de pesquisa utilizado foi nosso diário de campo, em que buscamos descrever o cotidiano durante o Congresso, nossas impressões, a forma de organização e os principais debates realizados. Por fim, caracterizamos o Congresso como um grande espaço de formação política e de identidade da militância do MST.

Palavras-chave: questão agrária, MST, pesquisa-ação.

ABSTRACTO

En este artículo, presentamos nuestras percepciones y experiencias en el Nacional de Trabajadores Rurales Sin Tierra Congreso Movimiento VI. Desde la salida hasta que el bus de retorno integramos entre los delegados e invitados del MST en Río de Janeiro. Juxtapose algunos métodos y técnicas de investigación, como la observación participante y el método etnográfico con la investigación-acción. Aunque hemos realizado una entrevista y el examen de los documentos e informes en los medios de comunicación, el principal instrumento de investigación utilizado fue nuestro diario de campo, en el que tratamos de describir la vida cotidiana durante el Congreso, nuestras impresiones, la manera de organizar y dirigir las discusiones. Por último, se caracteriza el Congreso como un área importante de la formación política y de la identidad de los miembros del MST.

Palabras clave: cuestión agraria; MST; investigación-acción.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é relatar as nossas percepções e vivências no VI Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), considerado o maior movimento social do Brasil que luta pela reforma agrária há 30 anos.

Os movimentos sociais foram definidos de diferentes maneiras pela teoria sociológica, a partir de diferentes perspectivas como: histórico e estrutural; culturalista e identitárias; institucional, organizacional e comportamentalista (GOHN, 2010 e 2011). Entretanto, sem adentrar nesse debate, para as finalidades desse artigo utilizamos a caracterização de Ilse Scherer-Warren (1987) que define os movimentos sociais como um grupo mais ou menos organizado, com um programa, princípios de ação e/ou ideologia, que reivindicam direitos, buscam a realização de uma causa específica ou uma mudança social.

No Brasil, após longos anos de Ditadura Empresarial-Militar, com a redemocratização do país, final da década de 1970 e início dos anos 1980, vários movimentos sociais se organizaram ou se reorganizaram, ganhando destaque na cena política e social brasileira (SADER, 1988 e SOUZA JR, 2002). Esses novos movimentos sociais, como de bairros, de mulheres, de negros, camponeses, de trabalhadores rurais sem terra dentre outros, passam a se articular muitas vezes em torno de demandas específicas e passam a politizar as privações da vida, as identificando como injustiças sociais (SOUZA JR, 2002).

O MST surge nesse contexto, aticulando homens e mulheres do campo, trabalhadores rurais assalariados, posseiros, camponeses e geral. Esse movimento tem como marco de criação o 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, realizado em Cascavel, no estado do Paraná, em janeiro de 1984, que contou com a presença de trabalhadores rurais de 12 estados¹ e de apoios de entidades que reuniam intelectuais e trabalhadores do campo da esquerda brasileira² e da igreja ligada à teologia da libertação³ (MORISSAWA, 2001, p. 138).

Cerca de um ano após seu surgimento, foi realizado o 1º Congresso Nacional do MST, em Curitiba, no Paraná, com cerca de 1.600 delegados, com o lema: “Ocupação é a única solução” (MORISSAWA, 2001, p. 141). Foi a tática de ocupações de terra que notabilizou o MST no cenário nacional, embora os lemas fossem se modificando no correr dos anos e Congressos Nacionais.

¹ São eles: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima.

² Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

³ Comissão Indigenista Missionária (Cimi) e Pastoral Operária de São Paulo.

Diante da importância da questão agrária brasileira e da expressão nacional e internacional do MST no tocante à luta pela terra no Brasil, desenvolvemos uma pesquisa ou pesquisa participante no âmbito do 6º Congresso Nacional do MST.

O interesse pelo tema surgiu a partir de nossa atuação na assessoria jurídica de movimentos sociais desde 2001⁴. Essa atuação motivou a realização de projetos de pesquisas e extensão sobre o sistema de justiça e os movimentos sociais, além da consolidação de uma relação de confiança entre as pesquisadoras e os grupos sociais. Essa relação contribuiu para uma imersão maior no universo de pesquisa e a vivência de múltiplas atividades do MST, ao longo desses anos, além de visitas a assentamentos e acampamentos, tivemos a oportunidade de participar de reuniões nacionais do setor de Direitos Humanos, participamos da Marcha Nacional em 2005 e do V Congresso Nacional em 2007.

Portanto, nossa anterior inserção no objeto estudado trouxe facilidades no diálogo. As ações narradas – que consideramos mais relevantes – também são fruto de avaliações coletivas, feitas no decorrer do congresso em conversas muitas vezes informais sobre os rumos e a configuração atual do Congresso do MST.

Desde a saída até o retorno em ônibus nos integramos entre os delegados e convidados do MST no Rio de Janeiro. Confundimo-nos com os militantes do MST, ao sermos incorporadas nas atividades propostas, de forma a dialogar com o grupo, participando ativamente da sua dinâmica organizativa.

Buscamos descrever o cotidiano durante o Congresso, nossas impressões, a forma de organização e os principais debates realizados, além de refletir sobre as demandas sociais e as percepções do próprio grupo sobre o momento político vivenciado.

As reuniões, encontros, marchas e congressos de movimentos sociais rurais foram objetos de diferentes pesquisas no campo da antropologia e da sociologia, como de Comerford (1999), Chaves (1999), Pires (2011) e Tavares, Freitas e Moreira (2005).

Comerford (1999: p.47) explica que “um aspecto marcante de organizações como Sindicatos e Associações de Trabalhadores Rurais e de outras organizações (como o Movimento Sem Terra ou as Comissões Pastorais da Terra), que se multiplicaram no Brasil ao longo das últimas décadas, é a importância das *reuniões*.” (grifos no original). O autor

⁴ A assessoria jurídica é feita pelo Centro de Assessoria Jurídica Popular Mariana Criola, associação civil sem fins lucrativos, criada em 2006. A associação contribui na organização da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap), essa articulação foi criada em 1995, fruto dos esforços do setor de Direitos Humanos do MST e contam atualmente com a participação de advogados de várias regiões do Brasil. A participação nesses espaços possibilitou a discussão da assessoria popular e a prática jurídica na defesa processual do MST no Rio de Janeiro.

esclarece que o termo reunião pode ser empregado nesse universo de pesquisa para nomear vários tipos de eventos, como, por exemplo, pequenas reuniões, encontros e congressos. O autor define reunião como

Um tipo de encontro convocado por alguma organização formalmente definida – Sindicato, Associação, Movimento – agrupando um conjunto de pessoas (...) em torno de um objetivo previamente definido, contando com uma pauta – tanto no sentido de questões a serem discutidas como de uma sequencia de etapas a serem seguidas (nesse segundo sentido, pode também ser chamada de programação da reunião) – e uma coordenação, que é um grupo responsável pelo andamento dos trabalhos. (COMERFORD, 1999: p.48)

O autor destaca as várias dimensões analíticas que a observação das reuniões de organizações de trabalhadores oferecem

Além de sua dimensão instrumental de simples meios de tomar decisões ou discutir assuntos do interesses dos membros das organizações, as organizações podem ser vistas também como um elemento importante na construção desse universo social, na medida em que criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes e relações que atravessam a estrutura formal das organizações, estabelecem alguns dos parâmetros e mecanismos para as disputas pelo poder no seio dessas organizações, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções ou representações relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da própria categoria que essas organizações se propõem a representar (COMERFORD, 1999: p.47)

Nesse artigo procuramos explorar os rituais de construção dos símbolos coletivos, da formação da identidade enquanto Sem terra, além de identificar as atuais bandeiras de luta desse movimento social e as mudanças e continuidades do repertório de ações coletivas.

Estrutturamos o presente artigo de forma a debater, inicialmente, os referenciais teórico-metodológicos utilizados em conjunto com breves alusões a forma em que nos inserimos na dinâmica do Congresso. Neste tópico, também abordamos alguns desafios da pesquisa e as metas abandonadas em virtude de avaliações realizadas em campo.

Em seguida, descrevemos a estrutura organizativa do Congresso, tanto do ponto de vista do público participante e da estrutura física disponibilizada, quanto da perspectiva de divisões de trabalho que se relacionam com dinâmicas internas de organização do próprio MST.

O terceiro tópico trata do caráter do Congresso e do papel que as místicas desempenham no MST e nesse espaço. No quarto ponto, destacamos nossas impressões sobre a organização da marcha em protesto realizada em Brasília. Logo após, procuramos trazer breves apontamentos sobre o principal documento publicizado pelo MST nesse Congresso, a Carta a Presidenta Dilma Rousseff, em relação com dois documentos que se originaram de atividades nacionais anteriores. Ao final, buscamos pontuar, como hipóteses, permanências e mudanças táticas do MST percebidas ao longo de seu VI Congresso Nacional.

Nas considerações finais, após a síntese de conclusões parciais, logramos caracterizar o Congresso como um grande espaço de formação política e de identidade da militância do MST, com vistas a contribuir em processos mais amplos de transformação social.

1 METODOLOGIA

O presente artigo parte do entendimento de que a extensão é uma forma de dialogar com as demandas sociais, bem como da necessidade de conjugar ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento e transformação das relações sociais.

Para os fins desse artigo, adotamos a concepção de pesquisa participante de Carlos Rodrigues Brandão, que entende que neste tipo de pesquisa “pesquisadores-e-pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes” (BRANDÃO, 1984, p. 11).

Não adotaremos, portanto, a diferenciação proposta por Gustin e Dias (2013) entre pesquisa-ação e pesquisa ou ação participante. As referidas autoras entendem que “na primeira, o pesquisador ou a equipe de investigação atuam para a transformação do ambiente, das relações, etc.; na segunda, o pesquisador apenas participa e não tem qualquer motivação imediata de transformação, apenas de conhecimento” (pp. 90-91). Isto porque ao vivenciarmos as experiências do grupo observado os percebemos na condição de sujeitos da pesquisa e nos colocamos também na condição de sujeitos da transformação, ao mesmo tempo em que buscávamos a compreensão das formas organizativas e desafios percebidos.

Portanto, recorreremos ao método etnográfico, que consiste em levantar “todos os dados possíveis sobre a sociedade em geral e na descrição, com a finalidade de conhecer melhor o estilo de vida ou a cultura específica de determinados grupos” (MARCONI e

LAKATOS, 2010, p. 94) e à técnica da observação participante⁵, em que o pesquisador “se incorpora ao grupo, confunde-se com ele” a fim de vivenciar o mesmo que vivenciam (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 177).

Gustin e Dias (2013, p. 89) explicam que a pesquisa-ação caracteriza-se pelo “inter-relacionamento permanente das atividades de pesquisa e de ação” que se retroalimentam na busca de “soluções de problemas grupais ou coletivos”, realizando-se numa “troca permanente entre internalidades/externalidades”.

As autoras destacam que

A pesquisa-ação favorece a resolução de problemas coletivos, transformações de realidades emergentes e a produção de conhecimento. Sua diferença das demais é que: a) a resolução do problema coletivo em foco é feita solidária e cooperativamente; b) a emergência de novas comunidades, grupos, instituições etc., por intermédio da pesquisa-ação, é duplamente auxiliada: a pesquisa lhes permite conhecimento dos resultados das investigações no campo jurídico e das ações dos pesquisadores, ao mesmo tempo, autoconhecimento de suas condições, possibilitando sua própria autocrítica; a ação (ou atuação) complementa os dados da pesquisa e permite o acesso a conhecimento produzido é revertido em benefício não só da equipe de pesquisadora mas também da equipe de participante da situação investigada. (GUSTIN e DIAS, 2013, p. 89).

Entre os pressupostos da pesquisa-ação, relacionam-se: “a) a existência de um **problema coletivo** (...); b) o envolvimento **solidário e dialógico** de todos os participantes; c) a participação na investigação, como **sujeitos** e não só como informantes” (GUSTIN e DIAS, 2013, p. 90; grifos no original).

Para Gustin e Dias (2013), a pesquisa participante apresenta uma distinção em relação à pesquisa-ação que se relaciona à condição em que o investigador se coloca: “ele é ou se torna um integrante do campo investigado e dele participa efetivamente” (p. 90).

Como advertimos antes, já integrávamos o campo, de certa forma, em virtude da assessoria jurídica prestada ao MST no Rio de Janeiro, que assegurou vagas para que pudessemos participar do Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, a pesquisa a ser executada não buscava apenas aprofundar o conhecimento sobre a forma de atuação do MST e relacionar as concepções em relação aos poderes executivo, legislativo, judiciário e à reforma agrária, mas também visava colaborar

⁵ Minayo (2012, p. 70) considera que a observação participante é “parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa” de forma que alguns estudiosos a consideram não apenas uma técnica, mas um método de pesquisa para compreender a realidade. Ressalta ainda que ao participar do contexto de sua observação, o observador “modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente”.

para a resolução do problema coletivo afirmado: a efetivação da reforma agrária e a identificação de táticas e estratégias a serem adotadas na conjuntura atual.

De forma orgânica, participando da divisão de tarefas proposta pelo MST, vivenciamos o dia a dia do Congresso e realizamos diários de campo, registros fotográficos e entrevistas. As conversas informais sobre as percepções de distintos militantes em relação ao Congresso também foram fonte importante de informações sobre a dinâmica do movimento e percepções de alterações conjunturais.

A imersão no campo teve início desde os preparativos, em que obtivemos vaga para ir e retornar no ônibus que partiria da capital do Rio de Janeiro junto com militantes e dos convidados do MST. Recebemos orientações prévias da coordenação do MST no estado, dentre elas foi recomendado aos participantes do congresso que levassem o “Kit sem terra” composto por copo, talheres, pratos, colchão, roupa de cama, toalha e materiais de higiene pessoal. As demais informações sobre a organização do Congresso foram passadas pelo coordenador e a coordenadora do ônibus, na saída do Rio de Janeiro⁶, que também tinham por função verificar a presença das pessoas listadas para a viagem. Antes da chegada em Brasília, todas as pessoas foram convocadas a se inserir em uma das equipes de trabalho que funcionariam durante o congresso para viabilizá-lo, entre as quais foram destacadas: segurança, limpeza, cozinha, saúde, ciranda, comunicação e campanha contra os agrotóxicos.

Enquanto uma das pesquisadoras participou da equipe de segurança, que tinha a tarefa de fiscalizar as entradas do acampamento e dos portões de acesso ao ginásio onde ocorriam as atividades de formação, além de impedir infiltrações na marcha realizada até o palácio do planalto, a outra se inseriu na equipe de limpeza, que contribuía com a limpeza dos utensílios usados pela cozinha coletiva do estado do Rio de Janeiro e evitava o acúmulo de lixo na área do acampamento.

As equipes, normalmente, se organizavam para cumprir escalas de trabalho, o que possibilitava que todas as pessoas pudessem participar das atividades de formação em algum momento, embora também participassem da estruturação física do encontro. Essa dinâmica pode contribuir na ruptura com a tradicional divisão entre o trabalho intelectual e o “braçal”.

Inicialmente, além dos diários de campo, resolvemos realizar entrevistas semi-estruturadas com alguns militantes que tivessem participado de todos ou da maioria dos

⁶ O ônibus saiu da Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, no dia 08 de fevereiro de 2014 por volta das 20h e chegou em Brasília no dia seguinte cerca de 15h. Retornamos de Brasília no dia 14 de fevereiro a noite, após o encerramento do Congresso com a posse da nova Direção do MST que conta dois dirigentes por Estado, sendo um homem e uma mulher, além de dois dirigentes por setor em que o Movimento se divide, tais como: formação, produção, direitos humanos etc.

Congressos do MST, a fim de dialogar sobre as mudanças e permanências percebidas em relação à conjuntura, às táticas de luta e a formas de organização do MST, com ênfase na avaliação atual do governo federal, do judiciário e do sistema político. Por fim, buscávamos compreender o que seria, conforme a percepção desses militantes, a Reforma Agrária Popular, defendida na nova palavra de ordem do MST: “Lutar, construir reforma agrária popular”.

O projeto de pesquisa ambicioso nas condições em que estávamos como participantes do Congresso, envolveria buscar entrevistar uma mulher militante que estivesse presente no primeiro Congresso do MST, em 1985 e, ainda, militantes mais jovens, a fim de perceber possíveis diferenças entre as percepções de representantes de diversos gêneros e gerações.

Entretanto, o primeiro e único militante entrevistado, que acompanhou desde o 2º Congresso, realizado em 1990, até o 6º Congresso, em 2014, nos forneceu um panorama satisfatório dos Congressos anteriores e respondeu aos nossos questionamentos sobre percepções atuais do MST sobre o executivo, legislativo e judiciário.

Após essa entrevista, avaliamos que deveríamos optar entre realizar as demais entrevistas - o que nos implicaria a nossa ausência em algumas atividades do Congresso, como os debates, palestras, místicas e equipes - ou participar de forma orgânica das atividades propostas, na busca de vivenciar o Congresso de forma mais próxima da militância e priorizar os relatos nos diários de campo. Adotamos a segunda postura, embora permaneça o desejo de realizar as entrevistas em outra oportunidade.

Assim como nós a imersão no campo dificultou a realização das entrevistas, os militantes que participam do Congresso também enfrentam dificuldades de dispor de tempo para fornecer entrevistas em razão da quantidade de atividades: alvorada, iniciada às 6 h, com reuniões das brigadas estaduais às 8h e início da plenária às 9h, almoço às 12h, plenárias entre às 14h e às 18h e atividades noturnas quase diárias na plenária como assembleia da juventude, jornada socialista e ato político com término entre as 21 e 22h. Além das atividades gerais, as reuniões de equipes eram em geral marcadas na hora do almoço ou logo após as plenárias. Também houve exibição de filmes durante a noite.

Temas que já haviam chamado a atenção durante a nossa participação na Marcha Nacional da Reforma Agrária, como a saúde, a questão de gênero, a juventude e a cultura permaneceram interessantes a desenvolver em futuros trabalhos. Destacamos, em especial, a primeira mesa sobre a questão de gênero em um Congresso do MST, após 30 anos de

existência, que finalizou com o lema entoado por todos e todas: “Sem feminismo, não há socialismo”.⁷

2. ESTRUTURA ORGANIZATIVA NO 6º. CONGRESSO

O Congresso contou com a participação de mais de 15 mil pessoas de 23 estados brasileiros⁸ e o Distrito Federal, além de mais de 200 participantes representantes de diferentes organizações internacionais, algumas delas que compõe a Via Campesina⁹.

A delegação do Rio de Janeiro contou com aproximadamente 200 pessoas, de diferentes regiões do estado, dentre militantes do MST, assentados, acampados, crianças, advogadas e médicas (que trabalham com o MST), além de militantes de outras organizações sociais como o Levante Popular da Juventude, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Consulta Popular, Campanha Nacional pela vida e contra os agrotóxicos, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis dentre outros. O Rio de Janeiro levou 05 ônibus para o Congresso, um deles saiu da capital, outro da região sul, outro da região norte, outro da cidade de Macaé e um da baixada.

Foi montada em Brasília no entorno do ginásio Nilson Nelson a “Cidade dos Sem Terra”, como foi chamado pelo MST o acampamento montado para abrigar os participantes do Congresso. Além da utilização do ginásio para a realização dos debates, foi montada uma grande infra-estrutura para abrigar os participantes durante o evento.

Grandes tendas serviram como alojamento para as delegações. Os participantes do congresso levaram barracas de camping, colchões, sacos de dormir e cobertores que foram colocados nesses espaços.

Uma grande estrutura abrigou as cozinhas de cada estado participante. Cada estado possuía uma equipe responsável pelo preparo da alimentação diária de sua delegação (café da manhã, almoço e jantar). Os participantes dessa equipe se alternavam para o preparo das refeições. Interessante destacar que na equipe da cozinha participavam também pessoas da

⁷ Interessante destacar que na bolsa entregue aos participantes do Congresso, entre os materiais de leitura constava uma cartinha elaborada pela Via Campesina denominada “As camponesas e os camponeses da via campesina dizem: basta de violência contra as mulheres”. Esse tema também foi pautado na fala de algumas lideranças do MST que participaram das mesas de debate como expositores. Esses são indícios da existência desse problema nos assentamentos e acampamentos e ao mesmo tempo uma preocupação do movimento em chamar atenção do problema para resolve-lo.

⁸ Percebemos a ausência de estados como Amazonas, Amapá e Roraima.

⁹ A Via Campesina é uma articulação internacional composta por movimentos de luta pela terra de diversos países da América Latina, Europa e África.

equipe de saúde que passavam as orientações sobre os cuidados com a higiene no preparo dos alimentos.

Outra grande estrutura comportava chuveiros coletivos. Foram disponibilizados banheiros químicos e pias montadas com canos e lonas pretas (que eram utilizadas para lavar louças e escovar os dentes).

Paralelamente ao Congresso foi realizada a Mostra Nacional da Cultura e Produção Camponesa que expôs produtos das cooperativas, associações, coletivos de produção e organizações de assentamentos rurais de vários estados brasileiros. Essa grande feira de produtos da Reforma Agrária foi dividida em regiões, com a participação da região sul, sudeste, centro-oeste, norte e nordeste. Nesse espaço, à noite eram realizados shows com características culturais de cada região. Chamou nossa atenção a apresentação na tenda da região sudeste da escola de samba/bloco formada de militantes do MST de São Paulo, chamada de “Unidos da Lona Preta” numa alusão as barracas montadas com lonas pretas nos acampamentos realizados pelo MST.

Segundo Milton Fornazieri, do setor de produção do MST: “A Mostra busca, a partir da exposição e venda de produtos da Reforma Agrária, dialogar com a sociedade sobre a importância da agricultura familiar, responsável por 70% da comida que chega à mesa dos lares brasileiros, em toda sua diversidade” (ENGELMANN, 2014).

Os participantes do Congresso foram divididos nas seguintes equipes: alimentação e cozinha; disciplina e segurança; comunicação e saúde.

A equipe de saúde contou com a participação de mais de 300 profissionais da área da saúde que vieram com as delegações do estado, na delegação do Rio de Janeiro, estava presente uma médica que participa do MST há alguns anos e integra o setor de saúde do movimento no estado. Segundo os informes oficiais do MST, também participaram 22 médicos formados em Cuba. O papel dessa equipe era de orientação na prevenção de doenças e de emergências.

Também foi montada uma ciranda infantil e a escola itinerante Paulo Freire, espaço pensado pelo MST para que os pais especialmente as mães, pudessem participar das atividades. Participaram mais de 500 crianças que foram divididas em 5 grupos de acordo com a faixa etária (de 0 a 12 meses, de 13 a 24 meses, de 3 e 4 anos, de 5 a 6 anos e de 7 a 12 anos). A ciranda infantil “é um espaço educativo organizado em mobilizações, e todos os encontros onde estiverem crianças menores de seis anos. Nesse espaço receberão atenção enquanto seus pais estão integrados a alguma atividade do Movimento” (PIRES, 2011, p.39). As crianças da faixa etária de 7 a 12 anos participam da escola itinerante propriamente dita.

A ciranda e a escola itinerante além de acolher as crianças com brincadeiras também promovia atividades pedagógicas. O tema do projeto pedagógico de ambas no VI Congresso foi os 30 anos do MST¹⁰, trabalhando com as crianças a identidade do MST, destacando o que é ser um assentado, um acampado, o que é ser “sem terrinha”¹¹.

Pires (2011) destaca que nas cirandas e escolas itinerantes

(...) as crianças brincam, jogam e se divertem e aprendem a cultivar os valores, os símbolos, enfim, a mística do MST. Dessa forma, enquanto os pais estão nas mobilizações, nas palestras, as crianças envolvidas nas atividades pedagógicas, discutindo e debatendo, dentro do seu nível de compreensão, as reivindicações que os seus pais fazem na luta do movimento (PIRES, 2011, p. 39).

No dia 13 de fevereiro, os “sem terrinha” foram ao Ministério da Educação (MEC) entregar ao Ministro da Educação uma carta reivindicando a reabertura das escolas no campo que foram fechadas nos últimos anos. A educação básica no campo é uma bandeira do MST, que reivindica a construção de escolas nos assentamentos e que tais escolas adotem a pedagogia do Movimento Sem Terra, ensinando para as futuras gerações o respeito à terra conquistada, à natureza e fortalecendo a identidade e os valores dos sem-terra.¹²

Durante essa atividade foram feitas atividades recreativas com as crianças com a presença de educadores vestidos de palhaços. As crianças cantavam músicas como “Brilha no céu a estrela do Che, nós somos sem terrinhas do MST” e “Sou sem terrinha do MST, acordo todo dia pra lutar você vai ver, por terra, por escola, saúde e educação, são meus direitos, eu não abro mão”. Pires (2011, p. 40) analisa que “a música é um importante elemento educativo utilizado pelo MST em mobilizações, encontros. As letras trazem as mensagens de resistência, de esperança, de valorização do trabalhador rural.”

Um episódio que nos chamou atenção foi a resposta de uma das crianças ao ser perguntada por um jornalista durante esse ato, se ela não deveria estar na escola, a criança prontamente respondeu que sim, que deveria estar na escola, mas que não podia, pois a escola do seu assentamento tinha sido fechada.

A organização das cirandas não é uma prática nova no MST, na maioria das atividades do movimento são organizadas cirandas, nas proporções do porte do evento. Durante a Marcha Nacional pela Reforma Agrária de 2005, por exemplo, foi montada a

¹⁰ Para assistir entrevista com uma das educadoras da ciranda infantil acessar <http://mst.org.br/node/15714>.

¹¹ Expressão utilizada para denominar as crianças filhas dos militantes do MST.

¹² Sobre a educação no MST ver CALDART (2000).

“Escola Itinerante Pés na Estrada” que contou com a participação de aproximadamente 140 crianças. Segundo Pires (2011), inicialmente a orientação do MST era de que as crianças não participassem devido às dificuldades estruturais e climáticas, entretanto, alguns pais tiveram a necessidade de levar seus filhos.¹³

Conforme destaca Gilles (2005 *apud* Pires, 2011) a Escola itinerante foi uma experiência gestada pelo MST ao montar escolas nos acampamentos e, em 1996 foi reconhecida legalmente pela primeira vez pelo estado do Rio Grande do Sul.

3 CARÁTER DO CONGRESSO: O PAPEL DA MÍSTICA

O Congresso Nacional do MST, diferente dos Congressos de outras categorias de trabalhadores, não possui caráter deliberativo: ele se caracteriza como um importante espaço de formação, de sociabilidade e de afirmação da identidade. Nesse processo, as místicas apresentam-se como elemento muito importante.

Antes de cada mesa do Congresso foram realizadas místicas divididas pelas diferentes regiões do país. A mística de abertura do evento foi realizada pela região sul, berço do MST, e recontou a história dos 30 anos do MST. Nessa mística foram destacados os princípios do MST: direção coletiva, unidade, estudo e trabalho e vínculo com a base. Tanto na mística de abertura como na mística de encerramento do Congresso foi cantado o hino do MST pelos participantes de pé. No refrão todos levantavam a mão esquerda, com punhos erguidos (ritual típico das organizações comunistas e socialistas ao cantarem a “Internacional”), transcrevemos o refrão: “Vem lutemos punho erguido/Nossa força nos leva a edificar/Nossa pátria livre e forte/Construída pelo poder popular.”¹⁴

A mística é um importante elemento para a formação e preservação da identidade dos membros do MST. Esse ritual é uma das influências da Igreja Católica na constituição da identidade do movimento. Dessa forma, percebemos diferentes influências na constituição do MST, como da tradição católica e da socialista.

Roseli Caldart explica que o “MST trata da mística como sendo o tempero da luta ou a paixão que anima os militantes” (CALDART, 2000, p.133). A autora destaca que não “é

¹³ Para ver mais informações sobre essa escola ver Pires (2011).

¹⁴ A versão integral do hino pode ser obtida no site: <http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com.br/2011/08/hino-do-movimento-dos-trabalhadores.html>, acessado em 19 de fevereiro de 2014.

simples explicá-la exatamente porque sua lógica de significação não se expressa tanto em palavras, mas muito mais em gestos, em símbolos, em emoções.” (CALDART, 2000, p.133).

Bernardo Mançano Fernandes ao explicar este elemento na organização MST, pondera:

um momento importante de celebração e valorização de suas experiências é a mística. Essa fértil atividade cultural, desenvolvida em diferentes momentos da vida dos sem-terra: nos encontros, nas escolas, no trabalho, nos acampamentos, nas cooperativas, nos cursos e nas festas, promovem a formação do Movimento, na construção da identidade dos sem-terra. Nas místicas, os adultos, os jovens e as crianças representam seus cotidianos, lembram o passado e imaginam o futuro numa forma de arte e memória. Essas atividades são lições de histórias e de vidas produzidas com sabedoria e irreverência, que vertem esperanças e desafios para transformar suas realidades. As poesias e as canções, os atos e as ações, a bandeira e as palavras de ordem, as manifestações ocorridas na espacialização do MST registram a construção de uma cultura da luta pela terra. (FERNANDES, 2000, p. 227).

Interessante destacar que a mística que antecedia cada mesa trazia temas relacionados à mesa e também um pouco das peculiaridades de cada região responsável pela mística. Uma mística que nos chamou a atenção foi a da região sudeste devido à importância atribuída à unidade dos movimentos rurais e urbanos e ao destaque da luta pela moradia, pelo transporte público, saúde e educação, como palavras de ordem como “Dá Copa, dá Copa eu abro mão/ eu quero é dinheiro para a saúde e educação” ou “Mão ao alto/ a tarifa é um assalto” ou ainda “Pode vir copa, pode vir eleição, que os movimentos seguirão em mobilização.” Palavras de ordem que são entoadas nas manifestações de rua que vem ocorrendo desde junho de 2013, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, contra o aumento das passagens dos transportes urbanos.¹⁵

Na mesa que seguiu a mística estiveram presentes representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Intersindical e uma representante do Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo. Todos os participantes da mesa destacaram a importância da articulação entre o campo e a cidade. Ao final dessa mesa, uma das músicas que foram cantadas possui o seguinte refrão: “Só, só sai, só sai Reforma Agrária/ com a aliança camponesa e operária.”

¹⁵ Sobre esse tema ver MARICATO, Ermínia (et.al.), 2013.

Comerford (1999) analisando reuniões de organizações de trabalhadores rurais na década de 1990, também percebeu a importância das músicas nos rituais desses eventos, destacando que as músicas costumam ser “canções de luta”, tais canções são descritas pelo autor como aquelas que as letras retratam a luta pela reforma agrária, os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, dentre outras (Comerford, 1999, p.55). O autor destaca que normalmente esse tipo de reunião dos aspectos “solenes” com “festivos”.

A preocupação com a produção cultural é evidenciada na existência de um coletivo nacional de cultura e ainda de músicos ligados ao MST que criam músicas relacionadas às bandeiras de luta do movimento de cada período¹⁶.

A mística de encerramento do Congresso homenageou o Seu Luiz, militante mais velho do MST, que completava 105 anos, e foi ovacionado pela militância presente que entoava: “Luiz, querido, o povo está contigo!”. Nessa mística foi apresentada a nova direção nacional do MST para os próximos 5 anos, composta por um homem e uma mulher de cada estado, além de um homem e uma mulher de cada setor do movimento.

4 A GRANDE MARCHA OU O MSTZAÇO...

Entre o material disponibilizado aos militantes presentes ao Congresso, uma cartilha com orientações políticas e práticas para os delegados do VI Congresso Nacional do MST expunha a programação o Congresso, que incluía palestras, debates, atos políticos e uma “marcha de protesto nas ruas da Capital”, marcada para ocorrer na tarde do dia 12 de fevereiro de 2013.

Na hora marcada as delegações dos estados já se encontravam organizadas, seguindo a orientação das coordenações estaduais em relação ao momento de ingressar na marcha, conforme ordem previamente estabelecida em reunião com todos os coordenadores.

A orientação para cada estado formasse cinco fileiras com seus delegados e convidados foi devidamente seguida com o auxílio da equipe de segurança de cada um, que tinha a responsabilidade de colaborar para a formação das fileiras e evitar possíveis tentativas de infiltrações.

¹⁶ Conforme um militante entrevistado, em 1995, foram realizadas as primeiras oficinas de música com o coletivo de músicos do MST e em 1996 foi ministrado um curso de rádio e música para militantes. Entrevista em 13 fev. 2014. Na área cultural, se destaca ainda o uso do teatro, a partir da aproximação com Augusto Boal, que teve como fruto a criação da Brigada de Teatro Patativas do Assaré em 2002 (cf. entrevistado em 13 fev.2014).

Dessa forma, a marcha que visava recolocar a reforma agrária na pauta do governo federal partiu do ginásio Nilson Nelson em direção a praça dos três poderes, com cerca de 15 mil pessoas organizadas em cinco fileiras das quais não se alcançava o início e o término.

Sobre o comportamento durante o ato, as coordenações estaduais ressaltaram, em reuniões que antecederam a marcha, a necessidade de que todos evitassem cair em prováveis provocações por parte da polícia militar.

Essa orientação foi devidamente seguida até a chegada na praça dos três poderes e o início de um ato simbólico que contava com a instalação de réplicas de um acampamento do MST, com cruzeiros simbolizando a morte da reforma agrária e a montagem de réplicas de barracas de lonas pretas.

Quando todas as delegações já se acomodavam na praça, percebemos uma movimentação que sinalizava conflito com a polícia, tendo em vista o barulho de bombas de gás lacrimogêneo lançadas contra os manifestantes.

Como parte da equipe de segurança e no intuito de evitar o conflito, uma das autoras se dirigiu para a contenção de manifestantes, que se encontravam revoltados em razão da polícia ter atingido com balas de borracha um militante que logo foi atendido pela equipe de saúde do MST.

A orientação das coordenações, nesse momento, foi de retorno imediato ao acampamento nas imediações do ginásio Nilson Nelson. Também recebemos a informação da detenção e agressão pela polícia de um manifestante que visava impedir o confronto entre policiais e manifestantes¹⁷.

Após o retorno, no período da noite, ouvimos a informação de que a presidenta Dilma, diante da repercussão da manifestação, havia decidido receber no dia seguinte, às 9 horas, uma equipe de negociação do MST que levou a Carta, que será comentada em outro tópico, com as reivindicações de realização da reforma agrária e melhorias nos assentamentos.

O ato simbólico repercutiu de diversas maneiras da mídia. Causou um certo estranhamento a notícia que superestimava o número de manifestantes em relação ao noticiado pela comunicação do MST, visto que, em geral, a mídia costuma apresentar quantidade de pessoas inferior ao anunciado pelos organizadores de mobilizações.

A reportagem do Correio Brasiliense, por exemplo, além de parecer aumentar o efetivo militante, ao introduzir a notícia sobre o ato do MST como MSTzaço, relacionando-o

¹⁷ Um grupo de advogados da Renap que acompanhava o ato acompanhou a detenção. A manifestante foi levado a delegacia policial, autuado por resistência e lesão corporal leve. Após o procedimento na delegacia, o mesmo foi liberado.

ao “quase” linchamento de policiais militares, em seguida destaca o debate do legislativo sobre o projeto de lei que classifica como ato terrorista protestos contra a Copa e a suspensão dos trabalhos do STF em virtude do “Medo de invasão” (MSTZAÇO....., 2014). Segundo a reportagem:

O PT foi orientado pelo governo a propor mudanças na lei antiterror para evitar que movimentos sociais, como o MST — que ontem entrou em confronto com militares —, possam ser enquadrados pela polêmica legislação. Mas brasileiros sem vínculos com esse tipo de organização correrão o risco de serem condenados como terrorista se saírem às ruas para protestar. Na Praça dos Três Poderes, ontem, só não ocorreu uma tragédia porque um grupo de ativistas fez uma barreira humana e impediu que manifestantes partissem para cima de policiais encurralados no meio da multidão (estimada em 15 mil pessoas). Segundo a PM, 30 policiais e pelo menos três manifestantes ficaram feridos. Hoje, os sem-terra terão um encontro com a presidente Dilma (MSTZAÇO....., 2014).

Notamos, portanto, uma associação direta entre PT, terrorismo e MST na manchete da notícia, embora no seu corpo se revele a importância da “barreira humana”, supostamente realizada por um “grupo de ativistas” para evitar “uma tragédia” que consistiria no ataque dos policiais encurralados por manifestantes.

O citado noticiário não informa ou mesmo dificulta o entendimento de que aquilo que denomina “barreira humana” formada por suposto “grupo de ativistas” foi, na realidade, uma corrente de corpos de braços dados formada pelos próprios militantes e convidados do MST que participavam da marcha na equipe de segurança, entre outros militantes que se dispuseram a colaborar momentaneamente, no intuito de evitar que, de fato, outros manifestantes e policiais fossem agredidos e de garantir o retorno ao acampamento.

Deve ser destacado que está em tramitação no congresso nacional projeto de lei que busca tipificar o crime de terrorismo. Também foi encaminhado pelo secretário de segurança pública do Rio de Janeiro projeto de lei que busca restringir as manifestações populares. Esse tema foi objeto de discussão na reunião convocada pelo setor de Direitos Humanos do MST, no dia seguinte da marcha¹⁸.

Essa reunião foi realizada de forma paralela ao congresso, numa das tendas externas da “cidade dos Sem Terra” e, contou com a participação de aproximadamente 150 pessoas,

¹⁸ Essa reunião paralela ao congresso foi convocada antes do ato, das prisões e não tinha inicialmente a preocupação de discutir os referidos projetos de lei.

entre advogados, professores e estudantes de direito, tanto de turmas convencionais de diferentes universidades do país, como das turmas para beneficiário da Reforma Agrária e da Agricultura Familiar.

5 CONGRESSOS ANTERIORES E AS VISÕES DO MST

Falar do MST é falar em pessoas que compõem uma organização que foca sua ação na luta pela Reforma Agrária no Brasil e completa 30 anos de existência e, segundo suas concepções, 30 anos de resistência. Não é possível, nem é parte dos objetivos propostos nesse trabalho, examinar as continuidades e transformações das concepções presentes nos documentos gerados em seus Encontros e Congressos Nacionais. Basta, para nossos propósitos, afirmar que existem alterações de lemas e palavras de ordem que expressam o desenvolvimento de leituras da realidade na qual o referido Movimento atua.

O primeiro Congresso Nacional, realizado em 1985, teve diversos lemas, embora o central afirmasse: “Só a ocupação é a solução” (cf. entrevistado em 13.02.2014). No cartaz desse Congresso, entretanto, o lema em destaque é “terra para quem nela trabalha”. Já no segundo, em 1990, aparece referência à necessidade de produção, além da ocupação e da resistência, expressa no lema: “Ocupar, Resistir e Produzir”. O terceiro Congresso, em 1995, com cerca de 11 mil participantes, busca ampliar o apoio social, ao frisar: “Reforma Agrária: uma luta de todos!”. No quarto Congresso (2000), é lançada a frase: “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio!” que vigora até ser substituída pelo lema “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular” no 5º Congresso Nacional do MST. No último Congresso, em 2014, a palavra de ordem passa a ser “Lutar, construir Reforma Agrária Popular”.

No presente artigo, cujo foco é a descrição detalhada de nossa vivência no 6º Congresso Nacional do MST, nos detivemos apenas na análise de documentos mais recentes com o intuito de indicar possíveis permanências e mudanças.

Os documentos mais recentes publicizados no âmbito de grandes atividades nacionais do MST são: “Carta à Presidenta Dilma Rousseff” (LEIA..., 2014), em 12 de fevereiro de 2014; a “Carta ao Povo Brasileiro”, elaborada a partir das discussões do 5º Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, entre os dias 11 e 15 de junho de 2007 e a “Carta do 13º Encontro Nacional do MST”, comemorativo dos 25 anos, realizado entre os dias 20 e 24 de janeiro de 2009, em Sarandi, no Rio Grande do Sul.

A mais recente, a Carta a presidente Dilma, apresenta o seguinte teor:

Estamos aqui em Brasília (DF), com 15 mil militantes do nosso Movimento, o MST, vindos de 24 estados brasileiros, reunidos no VI Congresso Nacional.

Estamos discutindo os problemas sociais do campo, a realidade agrária e a necessidade urgente de fazer mudanças nas políticas agrárias do seu Governo.

Diante da grave situação que atinge a milhares de camponeses sem-terra em todo país, resolvemos lhe escrever para denunciar e apresentar soluções emergenciais para os problemas que enfrentamos.

1. Há em todo Brasil mais de cem mil famílias acampadas debaixo da lona preta, organizadas por vários movimentos populares e sindicatos. Muitas famílias estão acampadas há mais de oito anos. O Governo foi incapaz de resolver esse grave problema social e político. A média de famílias assentadas por desapropriações foi de apenas 13 mil por ano, a menor média após os governos da ditadura militar. É necessário assentar, imediatamente, todas as famílias acampadas.

2. O Governo havia se comprometido de priorizar o assentamento de famílias Sem Terras nos projetos de irrigação do nordeste brasileiro. Sabemos que além dos vários projetos que estão sendo implantados, há mais de 80 mil lotes vagos, com água e a infraestrutura necessária para assentamentos. Basta cumprir a promessa feita e ter agilidade administrativa para assentar milhares de famílias de camponeses nesses lotes. Mas, até agora, nada foi feito.

3. O Governo, na Medida Provisória que encaminhou o problema das dívidas de créditos passados, incluiu a privatização dos lotes da Reforma Agrária. Essa decisão irá permitir e incentivar a venda dos lotes nos assentamentos. É tudo o que os inimigos da Reforma agrária querem para desmoralizá-la, através da compra e venda de lotes dos assentamentos. Defendemos o que está na Constituição: a terra distribuída através da Reforma Agrária não pode ser vendida! E os assentados devem receber um título individual de Concessão Real de Uso, com direito a herança. Sugerimos que o governo e os parlamentares alterem a Medida Provisória.

4. O Governo implementou, nos últimos anos, dois programas importantes para ajudar e incentivar agricultura familiar e camponesa, o PAA (Programa Aquisição de Alimentos) e o PENAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Porém, esses programas só atingiram 5% das famílias camponesas. É necessário que o Governo aumente os recursos para esses programas, desburocratize e amplie para o maior número possível de municípios do Brasil.

5. Existe a necessidade de construir, aproximadamente, mais de 120 mil casas nos assentamentos da Reforma Agrária. As famílias conquistaram a terra, mas não têm moradias dignas. Reivindicamos que a Caixa Econômica Federal amplie os recursos, desburocratize os processos para que todas as famílias assentadas tenham acesso ao programa Minha Casa Minha Vida, sob controle das famílias e suas associações.

6. No Brasil persistem diferentes formas de trabalho escravo em todo o território nacional. A Polícia Federal libertou mais de 50 mil pessoas em 566 fazendas nos últimos anos. Exigimos que o Governo puna essa

prática criminosa e aplique o que determina a Constituição Federal: a expropriação dessas fazendas para fins de Reforma Agrária.

7. Apoiamos e exigimos a legalização imediata de todas as terras indígenas e as áreas de quilombolas.

8. Queremos denunciar que o atual coordenador da CTNbio, que julga a liberação de sementes transgênicas, até ontem fazia consultoria para empresas transnacionais que obtém vultuosos lucros com a vendas dessas sementes. Isso é, no mínimo, falta de ética. Exigimos que essa pessoa seja substituída. E, solicitamos que os movimentos populares do campo e as universidades também tenham o direito de indicar cientistas para compor a comissão de análise das sementes transgênicas. Exigimos que o governo use sua base parlamentar para impedir o avanço dos projetos de lei que querem legalizar o uso da tecnologia que esteriliza as sementes. Nenhum país do mundo aprovou a “tecnologia terminator”. O Brasil não pode ser essa exceção.

8. Há tempos apresentamos ao seu Governo algumas propostas que são muito importantes para resolver os problemas da população camponesa, como políticas estruturantes:

a) Propomos um grande programa de reflorestamento nas áreas dos pequenos agricultores e assentados. O Governo deveria incentivar e ajudar cada família camponesa a reflorestar 2 hectares de terra com árvores nativas e frutíferas.

b) Há ainda 14 milhões de trabalhadores analfabetos. Isso é inaceitável. Por isso, reivindicamos um programa nacional, num verdadeiro mutirão, de alfabetização de adultos em todo Brasil.

c) Precisamos garantir escolas de ensino fundamental e médio em todo interior do país. Não podemos aceitar que continuem fechando escolas no campo, como aconteceu com mais de 20 mil escolas nos últimos anos. Forçar as crianças e jovens a estudarem nas cidades, é um incentivo para promover o êxodo rural.

d) Reivindicamos que se ampliem os recursos do PRONERA, para multiplicar as possibilidades de acesso dos jovens do campo às universidades. Todos os anos faltam recursos orçamentários, impedindo a realização de muitos cursos.

9. O Governo avançou quando aprovou um plano nacional de agroecologia, discutido com as entidades e movimentos populares. Porém, esse plano continua na gaveta, sem recursos e sem programas efetivos. E, do outro lado, o Ministério da Agricultura afronta a ANVISA, ao liberar o uso de venenos agrícolas ainda mais perigosos para o meio ambiente e, sobretudo para a saúde das pessoas. Enquanto no mundo todo se aprovam leis para controlar e restringir o uso de venenos agrícolas, aqui vamos em direção contrária, facilitando a liberalização dos agrotóxicos. É um crime contra a população e uma vergonha para o país.

10. É preciso mudanças profundas na forma do Inera funcionar. É necessário e urgente contratar servidores, qualificá-los para a função específica da Reforma Agrária e locar recursos suficientes para uma Reforma Agrária massiva.

A sociedade brasileira padece de graves problemas estruturais, na educação, no sistema tributário, na saúde e no transporte público, que

precisam de soluções e que foram denunciados nas mobilizações populares do ano passado. Esses problemas não se resolvem com medidas paliativas.

É preciso mexer nos interesses dos bancos que se apropriam da maior parte dos recursos de nossos impostos. Por isso, nos somamos a dezenas de movimentos populares e organizações políticas para lutar por uma reforma do sistema político brasileiro, que hoje é refém dos interesses das empresas financiadoras. Defendemos a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte Soberana e Exclusiva para fazer uma reforma política.

Esperamos que o Governo Federal perceba que o modelo de produção agrícola do agronegócio é um modelo perverso, concentrador da propriedade rural e da riqueza. Ele agride o meio ambiente, aumenta o uso de venenos e expulsa à mão de obra do campo. Serve apenas para uma pequena minoria de grandes proprietários rurais e, sobretudo, para gerar lucros para os bancos e as empresas transnacionais que exploram nossa agricultura.

A alternativa é o fortalecimento de uma agricultura voltada para o mercado interno, a aplicação das técnicas da agroecologia e a realização de uma profunda Reforma Agrária, que democratize a propriedade da terra.

Atenciosamente,

VI Congresso Nacional do MST

Destaca-se uma pauta direcionada à presidente da República, diferente dos outros Congressos em que direcionavam as Cartas ao povo ou à sociedade em geral. Além disso, são reivindicações concretas e referidas em sua maioria à manutenção e melhoria das condições de vida dos assentados que se destacam. Pautas como a demarcação de terras indígenas e a titulação de territórios quilombolas emergem, revelando a articulação com outros grupos em luta por permanência na terra.

No 5º Congresso Nacional, que teve por lema “Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular!” em substituição à assertiva “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio!”, as análises produzidas já apontavam para a presença do chamado “agronegócio” no campo brasileiro, que coloca desafios maiores. A luta contra o latifúndio, visto como grandes extensões de terra nas mãos de poucos, adquire uma qualidade mais clara de luta contra o capital, em especial o capital estrangeiro, presente de forma cada vez mais nítida no campo brasileiro.

Não é mais um “latifundiário” representado como um “coronel”, mas grandes empreendimentos, com altos investimentos tecnológicos e ligados à grupos empresariais multinacionais que se fazem mais presentes no meio rural. Nesse sentido, a avaliação de que a realização da Reforma Agrária no Brasil, entendida num sentido amplo que envolve a

alteração da estrutura fundiária altamente concentrada, é impossível nos marcos do capitalismo. Por isso, a luta deve voltar-se para o socialismo, envolvendo alianças com todos os setores da classe trabalhadora.

A carta inicia com a afirmação de um compromisso principal “seguir ajudando na organização do povo, para que lute por seus direitos e contra a desigualdade e as injustiças sociais.” Em seguida, relaciona os compromissos que decorrem daí, como “Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro”.

A Carta termina com a conclamação do povo brasileiro a se organizar e lutar “por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo.” Lembrando que “As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E, nós do MST, nos comprometemos a jamais esmorecer e lutar sempre.” E apresentando a nova palavra de ordem “**REFORMA AGRÁRIA: Por Justiça Social e Soberania Popular!**”

A carta é redigida na conjuntura política em que o neoliberalismo com sua faceta de subtração de direitos se apresenta. Aponta para a necessidade de articulação de diversos setores sociais para a construção do que chama “um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.”

O enfrentamento do neoliberalismo se desdobra na necessidade de defesa dos direitos conquistados, na luta contra as privatizações e pela reestatização de empresas privatizadas. A luta anti-imperialismo é dirigida, especialmente, às empresas transnacionais que controlam as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro. Busca-se, para isso, o fortalecimento das articulações de movimentos sociais no campo, a construção de mecanismos de integração popular latino-americana e a solidariedade com os povos que sofrem com agressões imperialistas diretas.

Percebemos a amplitude das demandas, que vão desde a preservação ambiental à garantia de acesso ao ensino público à classe trabalhadora e a democratização da comunicação.

Demandas que não ficam restritas ao campo, embora pautem questões como a limitação do tamanho da propriedade da terra e a necessidade de desapropriação de todos os latifúndios, priorizando-se os de propriedades de bancos e de capital estrangeiro.

Na Carta do 13º Encontro Nacional do MST, datada de 26 de janeiro de 2009, percebemos uma síntese que inicia expondo a reafirmação do “compromisso com a luta pela

Reforma Agrária e pelas mudanças necessárias ao nosso país”. Percebemos que nesta Carta, a necessidade de alianças para a construção de um projeto popular aparece novamente. Alianças “com todos os movimentos e organizações dos trabalhadores e do povo, contra o latifúndio, o agronegócio, o capital, a dominação do Estado burguês e o imperialismo.”

Tal projeto deve ser capaz de romper a dependência e a subordinação interna e externa ao capital. Novamente a idéia de construção de uma sociedade igualitária e, aqui, livre, o que significa dizer, uma sociedade socialista. A luta contra o capital é pautada de forma mais clara, o que não significa que ela já não estivesse presente em momentos anteriores.

As alianças buscadas são amplas, embora não incluam a “burguesia”. As propostas decorrem da avaliação efetuada sobre o funcionamento do capital hoje. Nesse sentido, “Vimos como o capital, que hoje consolida num mesmo bloco as empresas industriais, comerciais e financeiras, pretende controlar nossa agricultura, nossas sementes, nossa água, a energia e a biodiversidade.”

Para se contrapor e resistir ao capital que a tudo controla, portanto, se faz necessário o apoio a todas as formas de luta da classe trabalhadora e do povo, de apoiar e promover lutas conjuntas com outras organizações.

Além dos Congressos Nacionais, outras grandes mobilizações nacionais atravessaram a história do MST, tais como marchas nacionais¹⁹. A Marcha Nacional pela Reforma Agrária de 2005 já se pautava pelo objetivo de pressionar o Governo Federal por outra política econômica, agrária e agrícola e, ao mesmo tempo, consistia em um espaço de formação política de militantes, promovendo debates e oficinas (TAVARES, FREITAS e MOREIRA, 2005). Outra avaliação realizada no período da Marcha parece permanecer presente no 6º Congresso do MST: o favorecimento do Governo Federal, através de sua política econômica, ao desenvolvimento do Agronegócio em detrimento da Reforma Agrária.

6 MUDANÇAS NAS AÇÕES? DAS OCUPAÇÕES DE TERRA A ESTRUTURAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Foi do acúmulo histórico da resistência camponesa que os trabalhadores sem-terra compreenderam que as ocupações coletivas deveriam ser seu principal instrumento na luta

¹⁹ Tavares, Freitas e Moreira (2005), em pesquisa-ação sobre a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, identificaram aproximadamente doze mil marchantes provenientes de 22 Estados, além do Distrito Federal, que percorreram a pé em 17 dias 230 km, saindo de Goiânia para Brasília no dia 01 de maio de 2005 (dia dos trabalhadores).

pela terra.²⁰ Ao longo dos anos os diferentes governos apenas focaram suas políticas de Reforma Agrária - com a desapropriação de terras e a criação de assentamentos rurais - nas regiões que foram palco de fortes conflitos possessórios.

Para Bernardo Mançano Fernandes, as ocupações realizadas pelos sem-terra são a materialização da luta de classes; são parte de um movimento de resistência à expropriação e exploração dos trabalhadores rurais (FERNANDES, 2000).

O MST normalmente ocupa áreas que já se encontram entre aquelas destinadas à Reforma Agrária. Buscam, então, pressionar o Governo Federal a acelerar a desapropriação. As famílias de trabalhadores sem-terra serão os futuros beneficiários do programa de Reforma Agrária, e lutam para se manter acampadas na área até que a desapropriação tenha fim e o INCRA regularize a situação de seu acampamento, transformando-o num assentamento rural oficial do Governo Federal.

Em alguns casos específicos, a ocupação dos Sem Terra, não tem por finalidade o assentamento das famílias na área. Ela busca denunciar alguma situação irregular vivida na região ou alguma prática do fazendeiro, como a utilização de mão-de-obra escrava, a depredação ambiental na propriedade etc.

Durante os últimos anos do Governo do ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, devido à edição da Medida Provisória n. 2.027/2000, que impedia a vistoria por dois anos das propriedades que fossem “invadidas”, o MST mudou sua tática política, passando a acampar em beiras de estradas ou ocupar propriedades que não estivessem incluídas no programa de Reforma Agrária, mas as que fossem limítrofes daquelas.

Vemos, dessa forma, que a tática empreendida pelo Movimento em cada período modifica-se de acordo com as características da conjuntura política, econômica e social do país.

Percebemos pela leitura dos documentos do 6º Congresso, bem como pelos debates realizados no mesmo, apesar da afirmação por vários dirigentes da importância das ocupações de terra, uma valorização e preocupação maior com o desenvolvimento dos assentamentos rurais das áreas já desapropriadas pelo Estado. Percebemos no Congresso uma presença majoritária de assentados rurais.²¹ Deve ser destacado que o número de novas desapropriações

²⁰ Existem outras ações realizadas pelos Sem Terra em sua luta política como, as marchas, vigílias, audiências públicas, etc.

²¹ No debate sobre os assentamentos uma das dirigentes do MST em sua fala perguntou aos participantes do Congresso quem era assentado e a maioria dos presentes no plenário levantou as mãos.

de terra realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) durante o governo Dilma diminuíram muito e, que há por parte do governo federal uma preocupação maior com a estruturação e produção nos assentamentos e pela agricultura familiar, do que com a obtenção de novas terras para a criação de novos assentamentos.

Chamou a atenção no Congresso o papel atribuído ao judiciário na morosidade e dificuldade de desapropriação de novas áreas. No painel sobre a Reforma Agrária além da fala de um dirigente do MST, foram convidadas outras organizações rurais para avaliar os desafios da implementação da política. Participaram desse debate um dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)²² e da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF)²³. Dentre os obstáculos destacados pelas três organizações de trabalhadores rurais para as desapropriações de propriedades rurais foi o papel adotado pelo poder judiciário.²⁴

Essa análise dessas organizações rurais tem sido objeto de pesquisas empíricas sobre a atuação do judiciário nas desapropriações para fins de Reforma Agrária em diferentes estados como na pesquisa de Lopes e Quintans (2012) que analisou esse quadro no Rio de Janeiro e na de Leher (et.al., 2012) que analisou a atuação das varas agrárias federais de Mato Grosso, Minas Gerais e Bahia. Essa última pesquisa identificou que apesar da Lei Complementar 76/93 estabelecer que os pedidos de imissão de posse²⁵ do Incra dos imóveis objetos de ação judicial de desapropriação para fins de Reforma Agrária deveriam ser apreciados imediatamente ou em até 48 horas, as varas agrárias analisadas não respeitavam esse prazo legal.

Essa morosidade judicial na concessão das imissões de posse foram destacadas pelas organizações rurais como obstáculo a implementação dos assentamentos rurais, o primeiro passo para a realização da política de Reforma Agrária.

²² A CONTAG é confederação sindical de grau superior da categoria de trabalhadores rurais que reúne as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) filiados. Ver: <http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=425&nw=1>. Acesso em: 19 fev. 2014.

²³ Conforme histórico institucional, o Congresso de fundação da FETRAF-Brasil foi realizado em novembro de 2005, “em Luziânia, Estado de Goiás, com a presença de 1200(mil e duzentos) delegados(a) e 250 convidados. Entre os convidados estiveram o Presidente Lula, vários Ministros, Deputados, Senadores, ONG’s, o Presidente da CUT Nacional e uma grande delegação cutista, Movimentos Sociais e uma grande delegação Internacional” (In: <http://www.fetra.org.br/conteudo/1/quem-somos>. Acesso em: 19 fev. 2014).

²⁴ O artigo 184 da Constituição Federal de 1988 estabelece a competência da União Federal para desapropriar imóveis rurais para fins de Reforma Agrária, que não cumpram com sua função social. Para esta modalidade de desapropriação foi estabelecida uma fase judicial, regulada pela Lei Complementar 76/93.

²⁵ Ou seja, a autorização judicial para o ingresso do Incra na posse do imóvel e o início do desenvolvimento do assentamento rural.

Leher (et. ali, 2012) aponta que a demora na decisão pelo judiciário da imissão provisória do Incra na posse dos imóveis pode estar relacionada a percepção dessas ações pelos magistrados. Uma juíza em exercício na vara agrária federal de Minas Gerais entrevistada em 2012 pela referida pesquisa destacou que “os processos de desapropriação são processos traumáticos, pois envolvem a perda da propriedade” (LEHER et. ali, 2012, p.79). A pesquisa também destaca que a magistrada compreendia que os

maiores obstáculos aos processos, foi afirmado que, atualmente, estão relacionados ao “contingenciamento de verbas, o que dificulta o cumprimento pelo INCRA de acordos já realizados”, bem como o excesso de recursos.

Além disso, de acordo com a Magistrada, torna-se uma incoerência do INCRA o ajuizamento constante de ações de desapropriação de imóveis para fins de reforma agrária, quando a autarquia é parte em diversos processos paralisados na fase de pagamento aos proprietários desapropriados, por falta de verba. Na opinião da entrevistada, não deveria haver novas desapropriações enquanto as que já estão pendentes não fossem concluídas. (LEHER et. ali, 2012, p.79-80).

As dificuldades de realização da reforma agrária e a invisibilidade dada ao tema no último período motivaram o MST a utilizar também o espaço do Congresso para a realização de uma reunião com os professores universitários e os estudantes de pós-graduação presentes. Na reunião foi discutida a proposta de realizar no mês de abril de 2014 uma jornada em defesa da Reforma Agrária nas Universidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo descreveu o dia-a-dia do VI Congresso Nacional do MST, analisando sua estrutura, sua organização, os debates e as místicas realizadas.

Nossas percepções e vivências no referido Congresso resultaram de uma participação ativa na construção e dinâmica organizativa, motivo pelo qual identificamos a nossa atuação em campo com o desenvolvimento de uma pesquisa-ação ou de uma pesquisa participante.

Em um primeiro momento, refletimos sobre os referenciais metodológicos e as técnicas de pesquisa utilizadas no trabalho de campo, destacando o método etnográfico em conjunto com técnicas de observação participante, além da concepção de pesquisa-ação com a qual trabalhamos. Alguns desafios da pesquisa foram identificados, como realizar entrevistas em paralelo à participação nas atividades do Congresso. Vimos que alteramos as metas

iniciais relativas à produção de novas entrevistas com representantes de segmentos diversos no Congresso, na medida em que optamos por aprofundar a pesquisa-ação com o uso do método etnográfico, envolvendo a priorização dos diários de campo.

A partir de nossos diários e de documentos informativos, descrevemos a estrutura organizativa do Congresso. Explicitamos o público participante, cerca de 16 mil pessoas, e mencionamos a estrutura física construída pelos militantes para abrigar o acampamento nomeado de “Cidade Sem Terra”, além da forma como o trabalho foi dividido em equipes relacionadas com dinâmicas de organização do próprio MST.

Abordamos o caráter do Congresso e o papel que as místicas e as músicas desempenham no MST e nesse espaço, em especial da construção de uma identidade coletiva.

Ao relatar a organização da marcha em protesto realizada em Brasília, nos situamos enquanto participantes e expusemos nossa visão sobre a forma como vivenciamos em oposição à forma como a manifestação foi abordada de forma diferenciada pela mídia.

Os breves apontamentos sobre os Congressos anteriores, seus lemas e documentos mais recentes publicizados em atividades nacionais do MST nos revelaram permanências, como a ênfase no favorecimento do agronegócio pelo governo federal, mas também mudanças nas avaliações do MST em relação às conjunturas políticas e econômicas, tendo em vista um número grande de assentados.

A Carta lançada no 6º Congresso não se dirige ao “povo brasileiro” como a carta do congresso anterior, mas tem como alvo a presidenta da república com reivindicações concretas que tocam nos problemas dos assentamentos em especial, embora siga reivindicando desapropriações para contemplar as 100 mil famílias ainda acampadas.

Um dos dirigentes do MST, em uma das mesas de debate, chamou atenção para os objetivos e significados do Congresso que ora expomos: servir como referência para outras organizações, mandar um recado para a base e para aliados sobre o que o MST vai fazer e, ainda, um recado para os inimigos sobre como será o comportamento do MST nos próximos cinco anos.

Por fim, caracterizamos o Congresso como um grande espaço de formação e de articulação política, além de afirmação da identidade da militância do MST.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org). **Pesquisa participante**. 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRASIL, **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 17.02.2014.
- BRASIL, **Lei Complementar 76, de 6 de julho de 1993**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp76.htm. Acesso em: 17.02.2014.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CHAVES, Cristiane. **A Marcha Nacional dos Sem Terra**. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 1999.
- COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta. Sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumaré, 1999.
- ENGELMANN, Solange. Acampamento do 6º Congresso tem área de 4 campos de futebol. 09 fev. 2014. **Boletim do VI Congresso do MST – #5 – 10 a 14 de fevereiro de 2014**. Disponível em: <http://boletimmstrj.mst.org.br/>. Acesso em 19 fev. 2014.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e contemporâneos**, 9ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- _____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**, 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa e DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**. 4ª. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.
- LEHER, Débora (et. al.) **A Questão Agrária no Judiciário Brasileiro: Estudo Comparativo Entre o Reconhecimento de Territórios Quilombolas e as Desapropriações de Terras para Fins de Reforma Agrária nas Varas Agrárias Federais**. 1. ed. Belo Horizonte: OJB, 2012.
- LEIA carta do MST a Dilma. 12 fev. 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/15712>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- LOPES, Aline. QUINTANS, Mariana. Poder judiciário fluminense e a temática fundiária: apontamentos sobre os processos de desapropriação para fins de reforma agrária e de titulação de territórios quilombolas. *In*: MOTA, Fábio Reis; OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de;

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARICATO, Erminia (et. al.). **Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1898.

MENDES, Regina Lucia Teixeira. (Org.). **Sociologia, antropologia e cultura jurídicas**. 1ed. Florianópolis: FUNJAB, 2012, v. 1, p. 103-131.

MINAYO, Maria Cecília (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MSTZAÇO na praça. **Correio Brasiliense**. Brasília, 13 fev. 2014. Primeira página.

PIRES, Cristiane Lima. A “Escola Itinerante Pés na Estrada”: espaço educativo na Marcha Nacional pela Reforma Agrária. *In: Revista Espaço Acadêmico*, n. 119, abril de 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**, 2ª edição. Florianópolis: editora UFSC, 1987.

TAVARES, Ana Cláudia. FREITAS, Emmanuel e MOREIRA, Erika. Marcha Nacional pela Reforma agrária: visões e vivências. *In: ASSOCIAÇÃO de Alunos de Pós-graduação da PUC-Rio. Transdições*, v. 1 n. 1. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2006.

Sítios eletrônicos:

<http://assessoriajuridicapopular.blogspot.com.br/2011/08/hino-do-movimento-dos-trabalhadores.html>. Acesso em: 19 fev. 2014.

<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=425&nw=1>. Acesso em: 19 fev. 2014.

<http://www.fetra.org.br/conteudo/1/quem-somos>. Acesso em: 19 fev. 2014